

A Criança Surda: Reflexões Iniciais

Mayara Simoni Vater¹ e Thuinie Medeiros Vilela Daros²

1. Pedagoga. Pós-graduanda em Educação Especial Inclusiva. Integrante do grupo de pesquisa Brasil-Moçambique de estudos em Políticas Educacionais. Tradutora e intérprete de Libras.

2. Pedagoga. Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Práticas Educativas (Mediar, UNIOESTE). Coordenadora do grupo de estudos em práticas inovadoras da educação básica da Faculdade União das Américas (INNOVATIO). Docente e coordenadora do curso de Pedagogia da UNIAMÉRICA.

mayaravater@hotmail.com e thuinie@hotmail.com.

Palavras-Chave

Aluno surdo
Escola
Família
Fatores linguísticos
Surdos

Resumo:

O artigo visa refletir temas da área da surdez, compreendendo a cultura surda perante lutas e conquistas pelo seu espaço na história da sociedade, priorizando a criança surda, a qual em um “mundo surdo infantil” adquire conhecimento de forma dinâmica e espaço-visual. Enfatizar-se-á a criança surda: a trajetória do indivíduo surdo com um breve histórico, os fatores linguísticos da criança perante seu desenvolvimento, aprendizagem e linguagem em conceitos cognitivos, bem como, o papel da escola e da família perante seus desafios e dificuldades, tudo isso, baseado na consolidação de uma política de educação de qualidade e igualdade ao surdo.

Artigo recebido em: 10.03.2015.

Aprovado para publicação em: 06.05.2015.

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta uma reflexão sobre os conhecimentos adquiridos ao longo da trajetória acadêmica acerca e do trabalho pedagógico com a criança surda.

Diante da docência em sala de aula, trabalhou-se com um aluno surdo, sendo assim, diversos recursos metodológicos foram utilizados mediante as possibilidades para com a aprendizagem da criança bem como, de todos os outros colegas ouvintes.

Todo o trabalho foi desenvolvido mediante a prática pedagógica com total inserção de todos os alunos, estimulando o contato da criança surda no mundo dos ouvintes, bem como, os ouvintes com o colega surdo. Observou-se assim, que o trabalho pedagógico com alunos de inclusão merece maior atenção, é preciso conhecer a trajetória do surdo, todas as suas lutas e conquistas, métodos e meios que passou para chegar até onde chegou, bem como, ideias que auxiliem um trabalho prático, lúdico com a criança, priorizando o seu desenvolvimento na linguagem e aprendizagem, tanto na língua de sinais quanto na língua portuguesa, e ainda, conhecer o espaço sociocultural no qual está inserida, quais as experiências que carregam, conhecimentos, e estímulo que recebe da família. O mundo da surdez é silencioso, hoje muito estudado e difícil em sua total compreensão, assim, se para um adulto torna-se complexa essa compreensão, para a criança é ainda mais para compreender “o seu sistema”, seu modo de falar e de certa forma “ouvir”.

Neste sentido, para uma melhor compreensão do assunto em questão, se faz necessário expor sobre o processo histórico que envolveu o surdo, abordado no próximo tópico com uma breve trajetória desse processo conforme apresentar-se-á na próxima subseção.

A TRAJETÓRIA DO INDIVÍDUO SURDO

O que é ser uma pequena criança na escola, numa sala sem som, com um professor que fala, fala e fala, e, então, quando ele vem perto de você, ele espera que você saiba o que ele disse? [...]. Ou o professor que pensa que para torná-lo inteligente você deve, primeiro, aprender como falar com sua voz, assim, colocando as mãos no seu rosto por horas e horas sem paciência ou fim, até sair algo indistinto assemelhado ao som? **Willerd J. Madsen**, Surdo, Poeta.

O começo da história dos surdos foi de opressão na antiguidade ocidental, segundo Rocha (2000) os deficientes físicos e mentais não eram considerados humanos, estes, eram seres que a partir de atividades divinas foram punidos com sinais que de alguma forma iriam carregar em sua vida, assim, eram vistos como anormais pela moral da sociedade. Frizanco e Honora (2009) destacam ainda que como o surdo não podia falar, logo, também não podia pensar, sendo considerado um ser que não se distinguia dos animais irracionais.

Apenas na Idade Média é que houve a primeira tentativa de educar os surdos. O que muito acontecia neste tempo era o casamento entre filhos dos próprios nobres, os quais casavam entre família para não ter que dividir seus bens, destes casamentos, nasciam crianças surdas, porém, como a Igreja Católica agia com forte influência, esta dizia que para que a alma da pessoa fosse salva, o indivíduo precisava passar pela confissão de seus pecados, e foi aí que a nobreza precisou continuar com o vínculo entre a igreja, havendo necessidade de educar seus surdos ali presentes.

Há uma grande curiosidade citada por Reily (2007), segundo ele, havia uma tradição nos mosteiros – o voto do silêncio – onde não havia oralismo, o que conseqüentemente foi influenciando na criação de gestos, sendo estes uma base para a criação da então língua de sinais.

Michel de L'Épée (1712 – 1789), considerado “Pai dos Surdos”, foi um dos primeiros a reconhecer a língua de sinais com a qual os surdos poderiam aprender. Foi ainda, o fundador da primeira escola pública para surdos em Paris, o Instituto Nacional para Surdos-Mudos em 1760. Assim, a língua de sinais Francesa foi a primeira língua utilizada pelos surdos Americanos, a qual gradativamente foi reformulada sendo a ASL - Língua de Sinais Americana. Perante extremo nacionalismo após a guerra da secessão, e como a língua de sinais americana não era genuinamente americana, o oralismo passou a tomar conta. Um dos fortes influenciadores ao oralismo foi Alexandre Graham Bell (1847-1922) que se casou com uma surda que não suportava surdos, ele dizia que a língua de sinais dificultava o esforço do surdo para falar, inventou o telefone na tentativa de ofertar acessórios aos surdos para que falassem.

Os surdos ultrapassaram o século XX com muitas dificuldades de inserção na sociedade, ouvintes eram quem tomavam decisões e faziam escolhas pelos surdos, apenas a partir dos anos 60 deste século é que outros métodos foram estudados como o da comunicação total e o do bilinguismo, utilizado hoje em muitas escolas.

A língua brasileira de sinais – LIBRAS – começou a se desenvolver apenas nos anos de 1900, com o alfabeto datilológico de Hunt, da França, e com a readaptação de sinais de surdos brasileiros com base nos sinais em libras da língua francesa.

Obedecendo as ordens do congresso de Milão que proibia o uso da língua de sinais como método de ensino, o único Instituto que havia no Brasil partiu para o modo oralista, onde surdos e professores passaram por opressões, sendo presos nas cadeiras com as mãos amarradas para que o ensino do oralismo fosse

efetivado. Graças a filosofia da Comunicação Total e conseqüentemente o bilinguismo de 1970, os surdos puderam retornar a atividade com a língua de sinais, aprimorando-a e estudando-a como meio de comunicação dos surdos.

Pode-se afirmar que a vontade de se comunicar e interagir com o próximo ultrapassou barreiras impostas por quem desconhecia esta língua ocasionando a sua exclusão. Hoje, muita coisa ainda não mudou, muitos surdos são ainda vistos pela sociedade apenas por sua diferença como uma deficiência.

OS FATORES LINGÜÍSTICOS DA CRIANÇA PERANTE SEU DESENVOLVIMENTO, APRENDIZAGEM E LINGUAGEM

Já vista como maldição, loucura e deficiência, a surdez desde os primórdios, é objeto de estudo de profissionais da área da educação, saúde, etc. Há dois tipos de concepções conhecidas, a concepção clínica, onde trata a surdez como uma deficiência, o surdo como um indivíduo anormal, tentando através de aparelhos e medicamentos “normalizá-lo”, fazê-lo ouvir, e há ainda a concepção da educação, que compreende a surdez como uma forma apenas diferente, distinta de perceber o mundo, oferecendo ao surdo a Libras e o português, simultaneamente para a comunicação.

O atraso na aquisição da linguagem é o que acarreta em diversos pensamentos maldosos da sociedade perante o surdo, sofrendo assim, situações de exclusão perante temas políticos, sociais, culturais, não podendo assim, desvendar suas potencialidades.

O mesmo atraso na linguagem, acarreta ainda, o atraso no desenvolvimento da aprendizagem e do próprio cognitivo da criança surda, assim, quanto mais cedo a criança tiver acesso a língua de sinais mais desenvolvida tanto na linguagem de sinais quanto na sua segunda língua que é o português mais ela irá produzir e compreender todo o sistema.

Como eles entendem? Como irão aprender? São estas as perguntas feitas por ouvintes. Felizmente esta ideia vem mudando, pois, os surdos hoje, tem tomado frente e ido em busca de seus direitos, reivindicando como uma parcela da sociedade participativa e democrática. Assim como diz Skliar:

(...) potencialidade como direito à aquisição e desenvolvimento da língua de sinais como primeira língua; potencialidade de identificação das crianças surdas com seus pares e com os adultos surdos; potencialidades de desenvolvimento de estruturas e funções cognitivas visuais; potencialidades para uma vida comunitária e de desenvolvimento de processos culturais específicos (...) (SKLIAR, 1998, p. 26).

Para a formação da cognição é imprescindível o desenvolvimento linguístico e aprendizagem de uma língua pois assim é permitida a criança a entrada em um mundo simbólico, mais ainda à criança surda que compreende mais o concreto que o abstrato.

Embora a criança surda se depare com maiores dificuldades para a compreensão da própria língua brasileira de sinais tanto quanto a língua portuguesa - a qual também precisa compreender para conviver com o todo da sociedade-, ela detém as mesmas potencialidades, desenvolvimento de estrutura e função cognitiva que todas as outras crianças ouvintes.

O que acontece no caso dos surdos é que a perda auditiva influencia e muito na aquisição da linguagem que se dá através de sentidos sensoriais como o da audição, o que acarreta a criança a desenvolver a linguagem num modo diferente, mais lento talvez, do que de uma criança ouvinte.

No Brasil, em 2002, com a sanção da Lei nº 10.436 a língua de sinais adquire status linguístico: É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados” (art. 1º). (BRASIL, 2002, p.14)

E é compreendida como:

[...] forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (Parágrafo único). (BRASIL, 2002, p. 15)

O meio sociocultural em que o surdo esteja inserido desde criança faz total diferença em seu desenvolvimento linguístico, cultural e político, este, precisa ser estimulado e aguçado para que o surdo compreenda assim, a real necessidade do conhecimento para com a sociedade em que está situado, desde família, escola e sociedade, mas para isto, a precisamos abrir portas, oferecer oportunidades e não ridicularizá-los ou ignorá-los como coitados, pois é assim que o surdo sente-se, num cenário de exclusão: pela língua, por ser surdo, por ser visto como diferente.

Assim, somente com medidas de conscientização é que estes poderão aprender, amar, viver e conviver como e com cidadãos ditos “normais”.

O PAPEL DA ESCOLA E DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO DO SURDO

A família e a escola precisam agir juntas quando se trata de uma criança surda. As duas precisam trabalhar e oferecer condições favoráveis para o processo de aprendizagem linguística da criança, tanto da língua portuguesa (conhecida na cultura surda como L2) e da Língua de Sinais (L1).

A família precisa compreender a importância sobre o contato com a língua de sinais,- LIBRAS -, para ensinar a criança a conversar, dialogar e debater, para que cada vez mais a língua de sinais (que a princípio à uma criança surda também é tão abstrata) faça sentido e possa assim, compreender outra língua, (língua brasileira, dentre outras) bem como, o entendimento entre a própria conversa familiar e decorrente convivência família, pois é rotineira a exclusão do surdo neste ambiente pela não compreensão da língua usual da família ou “comodismo” em não traduzir ou interpretar um diálogo, por isso, quando houver a presença de um surdo em uma conversa, tente manter um diálogo em libras para que o surdo não se sinta excluído ou não compreenda o debate, de forma com que possa assim interagir.

O LIBRAS convencional, ou “gestos caseiros” não auxiliam a criança a partir do momento em que esta vai à escola e depara-se com sinais “diferentes”, (formais), dos “costumeiros” usados em casa, estes podem “auxiliar”, porém, a aprendizagem formal da língua é essencial, assim, torna-se imprescindível a troca de conhecimentos sinalizados originais em casa entre a família, para que esta possa desenvolver sua língua.

Já na escola, esta, precisa organizar-se, pois é aqui que a criança deve ser estimulada. É neste ambiente, com professores e intérpretes da Língua Brasileira de Sinais, culturalmente do surdo, e até mesmo, fluentes da Língua Portuguesa, capacitados, que a criança aprenderá o conhecimento sistemático e científico, assim, a escola, precisa ofertar cursos, trabalhos com LIBRAS, utilizar a língua de sinais em sala de aula e em todo o âmbito escolar, fazendo desta algo normal a todos que ali trabalham e estudam, e ainda, perante órgãos competentes, buscar os requisitos legais com a Lei de Diretrizes e Bases e a Lei de Libras que fala sobre a utilização da língua na própria escola, fazendo uma escola bilíngue igualitária e democrática para com todos os alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar que pelo simples fato do surdo não escutar, ouvir, ser o “mudo”, isso o torna um ser anormal, ou, menos inteligente, é algo inadmissível atualmente, porém, é esta a ideia que permeia a sociedade ouvinte, a qual tem utilizado isto como um dos tipos de preconceitos para com a cultura surda, tão enriquecida, dinâmica, moderna, inovadora, de caráter conhecedor e o principal, comprovada através da prática que é com sua aplicabilidade (Libras) que esta realmente ensina quem na antiguidade era visto como impossível de se ensinar: o próprio surdo.

Compreender o processo de alfabetização de surdos conta ainda como uma prática de caráter enriquecedor e gratificante ao profissional que a esta área compreende e tenta conhecer ou manter contato pelo simples fato de dar espaço a esta cultura, bem como, a capacidade de ver de perto a real situação da qual educação como num todo se encontra ao nosso redor, pois muitas vezes realidades como da educação inclusiva não é tão inclusiva ou “transparente”, tal qual devia ser perante documentos e formulações legais.

Há a necessidade de reais estudos com políticas educacionais que reconheçam as “diferenças” e façam um trabalho garantindo educação como direito humano igualitário. É preciso ainda, que se pense em propostas voltadas aos surdos, os quais hoje fazem parte de uma grande porcentagem de nossa sociedade, convivem conosco, logo, é preciso priorizar também suas peculiaridades e necessidades, oferecendo oportunidades de aprendizagens onde este não passe por uma educação com defasagens ou ainda, em que não seja apenas “empurrado” de ano sem nem ter compreendido realmente a aprendizagem ali proporcionada.

É necessário ainda a capacitação de profissionais que trabalhem com inclusão e saibam relacionar atividades, métodos, modos, das mais variadas formas, com eficácia e sentido ao surdo.

Precisamos de uma educação ao surdo, que o oportunize, faça este demonstrar o que faz de melhor, independente de formas ou meios, capacitando-o perante sua diferença dentro de suas possibilidades e necessidades, exercitando a inclusão e não a exclusão, valorizando a língua de sinais e não apenas uma língua dominante, a cultura surda na comunidade e um trabalho de sociabilidade, compreendendo o conhecimento mútuo em prol da cidadania de todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso nacional. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília, 2002.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 14 de setembro de 2001.

FRIZANCO, Mary L. E. HONORA Márcia. Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: **Desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez**. Ciranda Cultural, 2009.

MOURA, Maria Cecília. O Surdo: **caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

RAMOS, Clélia Regina. **LIBRAS: A língua de Sinais dos Surdos brasileiros**. Disponível em: <<http://www.editora-ararazul.com.br/pdf/artigo2.pdf>>. Data de acesso: 03 de junho – 2010.

RAMOS, Rossana. **Passos para a inclusão**. São Paulo: Cortez, 2006.

REILY, Lucia. **O papel da Igreja nos primórdios da educação dos Surdos**. Revista brasileira de Educação. Maio-agosto, ano/vol. 12. N.035. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, São Paulo. 2007, p. 308-326.

ROCHA, Márcia S. **O Processo de Inclusão na Percepção do Docente do Ensino Regular e Especial**. Monografia apresentada como conclusão do curso de Pós-Graduação em Educação Especial – Área de Deficiência Mental, Universidade Estadual de Londrina. 2000, p. 3-10.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes**. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

SKLIAR, C. Uma análise preliminar das variáveis que intervêm no Projeto de Educação Bilíngüe para os Surdos. **Espaço Informativo Técnico Científico do INES**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 49-57, 1997.

VYGOTSKY, Liev Semionovich. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

